



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - CGAD

---

**NOTA n. 00317/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.004917/2021-41**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Senhor Consultor Jurídico,

1. Trata-se de processo reencaminhado a esta Consultoria Jurídica pela Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo (SEI 0797737), solicitando avaliação da minuta de Acordo de Cooperação MMA e Amazonas no âmbito do Projeto ARPA - Ato 433 (0794923), em razão de alterações demandadas pela SEMA/AM.

2. As alterações foram sugeridas pela PGE-Amazonas, no Parecer 47/2021 (SEI 0794155), nos seguintes termos:

- a) Cláusula 3ª Inciso II alínea a: onde lê-se “doar ao ICMBio” leia-se “SEMA”;
- b) Cláusula 3ª Inciso III os parágrafos 1º e 2º são de competência do FUNBIO e já foram citados no Inciso II;
- c) Os parágrafos 3º a 5º são competências do FUNBIO e não do MMA, devendo constar no Inciso II;
- d) Cláusula 5ª alínea d: onde lê-se “indenizar o ICMBio” leia-se “indenizar a SEMA”;
- e) Plano de Trabalho: inserir a matrícula do Secretário de Estado do Meio Ambiente;
- f) Inclusão, no item 7 da Cláusula Segunda de complementação referente ao Plano de Consolidação, que é o documento que estabelece as metas de cada UC em relação aos Marcos Referenciais do Programa ARPA, respeitados o prazo para consolidação.

3. Por meio da Nota Técnica nº 1272/2021-MMA (SEI 0794921), a Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo informa que atendeu as recomendações, mas antes de encaminhar o instrumento para assinatura, entendeu pertinente manifestação desta Consultoria Jurídica.

4. Ao analisar as alterações sugeridas, verifica-se que nenhuma delas tem implicação jurídica relevante, tratando-se de adequações de erros materiais na minuta, provavelmente, em razão da utilização de modelo de outros Acordos firmados pela Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo.

5. Assim sendo, entende-se não haver óbice jurídico nas alterações sugeridas, devendo a unidade técnica realizar as adequações necessárias na minuta, nos termos sugeridos pela PGE/AM.

À consideração superior. Em seguida, à Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 18 de outubro de 2021.

RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo a NOTA n. 00317/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU.  
Brasília, 18 de outubro de 2021.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 747708514 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 18-10-2021 15:19. Número de Série: 30740144333597318609415581776. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 747708514 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 19-10-2021 11:42. Número de Série: 37899407018418184352052481385. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---